

Comissões terão mais força

310

BRASÍLIA — As comissões técnicas terão um papel fundamental na nova fase do Congresso. Elas ganharam uma dimensão mais ampla com a nova Constituição, embora seu funcionamento efetivo ainda dependa do novo Regimento Interno. A principal inovação é o chamado "poder terminativo": poderão discutir e votar projetos de lei.

Os projetos só irão a plenário mediante recurso de um décimo dos membros de cada Casa — 50 deputados ou 8 senadores. Isto exigirá um constante e aplicado acompanhamento dos trabalhos das comissões pelas lideranças.

Como exemplifica o Líder do PSDB, Nelton Fridrich (PR), "haverá vários plenários funcionando ao mesmo tempo". O aspecto mais importante será a agilização do processo legislativo. O plenário só examinará os grandes temas.

As comissões também poderão realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, convocar Ministros de Estado para prestar informações, receber representações contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão e apreciar planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Com estas novas atribuições, as comissões precisarão de uma assessoria técnica mais especializada. O Deputado José Genoíno (PT-SP) lembra, por exemplo, que um debate sobre energia nuclear, na Comissão do Meio Ambiente, exigirá a contratação de um técnico, mesmo que por um período determinado, pois não há especialistas neste assunto no quadro técnico do Congresso. Entretanto, os congressistas entendem que, em geral, bastará a reestruturação e o aperfeiçoamento do atual quadro técnico.